

NATUREZA E CULTURA: BENS DE NEGÓCIO, BENS DE SOBREVIVÊNCIA.

NATURE AND CULTURE: BUSINESS GOODS, SURVIVAL GOODS.

NATURALEZA Y CULTURA: BIENES DE NEGOCIO, BIENES DE SUPERVIVENCIA

Vilma Terezinha de Araújo
Doutoranda em Geografia - UNESP – Rio Claro.*
E-mail: araujovilma@hotmail.com

Resumo

Guaramiranga é uma das cidades de maior altitude do Estado do Ceará com 865,24m. Numa temperatura média que varia entre a mínima de 17°C e a máxima de 22°C. A paisagem serrana se destaca pelo verde abundante, em contraste com as áreas semi-áridas do seu entorno. Nas duas últimas décadas, percebe-se a refuncionalização do município; enquanto na década de 70 tinha como referência a produção de café, hoje aparece como principal destino turístico do Estado em área serrana. A invenção de eventos como festival de *Jazz & Blues*, festival de vinho, festival de *foundue*, entre outros apoiados pelo poder público, têm contribuído para atrair um maior número de visitantes e aumentando a especulação imobiliária, transformando o modo de vida da população local.

Palavras-chave: natureza, turismo, artesanato.

Abstract

Guaramiranga is one of the bigger cities on the State of Ceará with absolute elevation 865,24 m, the average temperature varies between the minim of 17°C and the maximum of 22°C. The mountain range landscape distinguished for the abundant green, in contrast with the half-barren areas around that landscape. In the last two decades, it was perceived the advance of the city, in the 70th decade the reference was the production of coffee, today this area appears as main tourist destination. The events created as Jazz & Blues festival, wine festival, foundue festival among others, supported for the Government has contributed to attract a bigger number of tourist, valuing the property and changing the life of the local population.

Key words: Nature, Culture, Craftsmanship.

* Bolsista da FUNCAP. Sob a orientação da Profª. Dra. Bernadete Castro Oliveira.

Resumen

Guaramiranga es una de las ciudades más elevadas del Estado de Ceará, Brasil, con 865,24 m de altitud. Presenta temperaturas medias que cambian entre la mínima de 17°C y la máxima de 22°C. La paisaje de sierra es destacada por la vegetación abundante, en contraste con las regiones semiáridas cercanas. En las últimas dos décadas, ha sido percibida la reorganización del municipio; mientras los años setenta han tenido la referencia de la producción de café, hoy la área de sierra aparece como principal destino turístico del Estado, como la referencia. La creación de eventos como el festival de *Jazz & Blues*, festival de vinos, festival de *foundue*, entre otros, apoyados por el poder público, ha contribuido para atraer un número mayor de visitantes y, añadiendo la especulación inmobiliaria, sigue cambiando el modo de vida de la población local.

Palabras llaves: naturaleza, turismo, artesanía.

Introdução

Este trabalho é resultado decorrente de pesquisa para a realização da tese de doutorado intitulada *Convivências e conflitos: uso da terra, modo de vida local e preservação ambiental em Guaramiranga-CE*. O Município em estudo é um dos componentes da APA (Área de Proteção Ambiental¹) de Baturité.

A Serra de Baturité, historicamente, constitui um importante setor de produção agrícola e de concentração demográfica do Ceará. Isso é causado pelas suas condições naturais favoráveis e por constituir uma paisagem de exceção no contexto semi-árido cearense.

Guaramiranga dista 72 km de Fortaleza, localiza-se na Macrorregião Norte-Cearense mais precisamente na Microrregião de Baturité, a 4°15'48" de latitude sul e 38°55'59" longitude oeste de Greenwich. É uma das cidades de maior altitude do Estado do Ceará com 865,24m ainda possui o segundo ponto mais elevado do Estado, o Pico Alto, com 1.114m de altitude, sua temperatura média varia entre a máxima de 22 e a mínima de 17°C. Limita-se ao norte com os municípios de Pacoti, Palmácia e Caridade,

¹ Área de Proteção Ambiental - APA - é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC/2002).

ao sul com Mulungu e Baturité, a leste com Baturité e Pacoti e a oeste com Caridade e Mulungu.

A população, conforme censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2000 era de 5.712 habitantes, sendo 2.331 residentes na área urbana (40,8%) e 3.381 na área rural (59,2%), com uma densidade demográfica de 60,12 hab/km². (IBGE, 2000). O município tem apenas um distrito, Pernambuco (9 km da Sede) e várias comunidades, algumas formadas por grupos familiares como: Pé de Ladeira (7 km), Linha da Serra (12 km), Conjunto Por do Sol (8 km), Bananal (12 km), Agostinho (12 km), Sítio dos Pilões (8 km).

A paisagem serrana se destaca pelo verde abundante, em contraste com as áreas semi-áridas do seu entorno. As características naturais e o fato de possuir a maior oferta de leitos da região (cerca de 965) contribuem de forma significativa para que o município tenha sido escolhido, como sendo uma das áreas de lazer, pelas classes média e alta de Fortaleza, identificando-se como turismo de segunda residência com multiplicação de chácaras e sítios.

A história de Guaramiranga foi marcada pela cafeicultura, influenciando também nas condições ambientais atuais. A partir da cultura do café a ocupação da área ocorreu de forma definitiva, cooperando de certa forma para a diminuição do êxodo rural que se agravava nos períodos de seca. No final do século XIX e início do século XX a valorização do café contribuiu para o enriquecimento de várias famílias. A riqueza e o poder econômico da região, nesse período, são evidenciados com a presença de uma moeda própria, o “boró”, aceita em boa parte da microrregião de Baturité.

O intenso uso do solo ocasionou um agravamento no quadro ambiental da serra de Baturité na década de 70, após a decadência de programas apoiados pelo governo para diferentes formas de cultivo do café. Um significativo número de produtores da região provocou a reação de um segmento dos proprietários de terra da serra. Para Duran (1998, p. 221), curiosamente, o embrião do grupo de pressão que deu início ao movimento para a criação da APA foi formado por veranistas de alta renda e produtores de café que não seguiram o programa do governo de erradicação. Preocupados com a deterioração do meio ambiente da serra, o movimento para a criação da APA foi iniciado em meados da década de 80 e decretado pelo Governador do Estado do Ceará em 18 de setembro de 1990, integrando os municípios de Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção.

No entanto, na década de 1990, a economia da região podia ser considerada estagnada. Com a decadência da cultura do café e a ausência da atividade industrial, as taxas de crescimento da região se apresentavam praticamente inalteradas. Guaramiranga, que centralizava o beneficiamento desse produto, foi um dos municípios mais afetados, tendo que buscar alternativas. O pequeno crescimento das culturas de flores (comercializadas em Fortaleza ou exportadas) e hortaliças, cultivadas nos fundos de vales, principalmente para o consumo local, não foram suficientes na geração de receitas para o município.

A atividade turística foi a alternativa encontrada pelos governantes na esfera local e estadual para busca do crescimento econômico, sendo a cidade de Guaramiranga o foco principal. Assim, Coriolano e Marinho (2002), percebem essas transformações como estratégia governamental:

Essas transformações observadas atualmente se devem, em parte, a intenção do governo estadual de buscar novas formas de crescimento econômico, pois até a década de 70, o Ceará desenvolvia uma economia quase exclusivamente agrícola, sustentada fundamentalmente pela agropecuária, predominando a agricultura de subsistência. A partir da década de 80, o Estado experimentou uma transformação estrutural de sua economia, incluindo o turismo, com a instalação de equipamentos modernos com a intenção de atrair maior fluxo de visitantes.

Como quase toda a área do município faz parte da Área de Proteção Ambiental, o município está sujeito a uma legislação que dificulta ou impede a prática da agricultura. Mendonça (1996) esclarece que surge uma nova hierarquia de valores em que a agricultura, como forma de uso social da terra, é colocada no degrau mais inferior. Se, de um lado, os agricultores mais velhos, acuados pela expansão do turismo e pelo avanço da *mata*, se ressentem ao verem diminuídas as condições para a realização de sua identidade social, de outro, percebem que não há alternativas para seus filhos a não ser que também se engajarem em atividades fora do setor agrícola.

Dessa forma o presente trabalho objetiva investigar as conseqüências advindas com as transformações ocorridas nas últimas décadas no município e as conseqüências para a população que mora nas comunidades rurais.

Para atingir os objetivos propostos foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica com autores de diversas áreas do conhecimento, tais como, geógrafos, bacharéis em turismo, antropólogos, dentre outros,

com o intuito de entender melhor a problemática pesquisada. A investigação está baseada na pesquisa qualitativa, tendo como procedimentos entrevistas semi-estruturadas, observações diretas da ação cotidiana e pública, depoimentos registrados em diários de campo e análise de documentos. Os sujeitos da pesquisa são as lideranças políticas e comunitárias, autoridades locais, moradores das comunidades da zona rural, órgãos públicos, etc.

Turismo: bens de negócio

Com o crescimento da atividade turística em Guaramiranga, percebe-se a refuncionalização do município, enquanto na década de 1970 tinha como referência a produção de café, nas duas últimas décadas vem a ser o principal destino turístico do Estado em área serrana. De acordo com Almeida:

A natureza se reinventa na modernidade pelo seu valor. Florestas, matas, manguezais, cerrado e caatinga suscitaram valorizações diversas e até contraditórias na exploração, preservação e conservação. É claro que o valor atribuído a estes lugares está vinculado à consciência que os homens têm de sua relação com a natureza: de recurso, principalmente econômico, domesticada, espetáculo e/ou exibição e inesgotável; ao contrário, nesta relação, ela pode ser, ainda, empecilho, selvagem e perecível. (2005. p. 323)

Com a diminuição dos recursos naturais o “natural” passa a ser visto como uma “nova raridade”. A propaganda nos transmite certo privilégio quando passa a “vender o verde”, no entanto o que acontece é a sua simulação. Pois o econômico continua em detrimento do social; infelizmente nem todos conseguem perceber a realidade em que a população local vive. Assim, Santana (1999. p.180), explica:

A escassez num primeiro instante é consequência do processo de produção capitalista, mas a carência de recursos naturais logo transforma o elemento natural num bem raro, portanto possível de ser valorizado. É quando esta “nova raridade” passa a representar uma condição para a produção e a reprodução do capital, tão logo ingressa no processo de circulação de mercadorias. A perda da abundância dos elementos naturais é um problema real que está sendo absorvido pela lógica capitalista. Ou seja, as “novas raridades” servem de estratégia para a reprodução do capital por adquirirem valor de troca e, por conseguinte, transformarem-se em mercadoria. Estabelecem assim a propriedade privada dos “bens livres”.

Os proprietários apropriam-se da natureza, cada vez mais rara. Os visitantes por alguns momentos pagam para tomar banho de cachoeira, pois as mesmas se encontram

em propriedades privadas. Também no Parque das Trilhas os que gostam de aventura pagam para fazer caminhadas em trilhas ecológicas e praticar esportes de aventura.

A valorização desses bens naturais acarreta conseqüentemente, uma valorização das terras que de um lado promove o crescimento do mercado imobiliário que se apropria da condição de área preservada. Como afirma Arlerte Rodrigues:

Mercadoria que é vendida por espaços curtos de tempo. Ela é vendida por ínfimas parcelas de tempo, que permitiriam, teoricamente, o descanso. Caracteriza-se como 'consumo coletivo'. Não se trata de consumo público, porque é privatizado, mas de consumo coletivo. Este uso como já dito, é fugaz, efêmero e coletivo. (1996.p.59)

Guaramiranga tem se destacado nos últimos anos pelo aumento da especulação imobiliária em função das suas potencialidades naturais e de um calendário pleno de eventos culturais. Também o turismo contribui para a entrada de novos eventos e a modificação das festas tradicionais, com o objetivo, explícito, de atrair visitantes.

Na fala abaixo um corretor de imóveis da cidade diz:

“A SEMACE não se preocupa em preservar o meio ambiente se preocupa em multar. Quem se prejudica mais é o pobre porque não tem dinheiro para pagar multas”. [...] “Hoje os terrenos custam de 25.000 a 70.000 por hectare. Há 15 anos 1 valia 5.000, a partir dos eventos começou a aparecer investidores e muitos turistas e surgiu os grandes empreendedores. Quando vem o progresso vem tudo”.

Nas duas últimas décadas, diversos festivais e mostras culturais têm se apresentado nos palcos de Guaramiranga, sendo os principais: Festival de Jazz e Blues IX edição, Festival de Fondue, Festival de Gastronomia, III Festival de Vinhos, XIV Festival Nordestino de Teatro, Mostra de Teatro de Guaramiranga VI edição, mostra de dramas, mostra junina XV edição e festas religiosas, entre outros.

David Harvey em seu livro *A Produção Capitalista do Espaço* cita:

Os festivais e os eventos culturais também se tornam foco das atividades de investimento. “As artes criam um clima de otimismo – a cultura do ‘é possível fazer’ é essencial para o desenvolvimento do empreendimento cultural”, afirma a introdução de um recente relatório do Arts Council of Great Britain (Conselho de Artes da Grã-Bretanha), acrescentando que as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior..., (2005. p.176)

Esses eventos são realizados com apoio do poder público para atrair cada vez mais um número maior de visitantes. No entanto, a estrutura da cidade não suporta o grande fluxo de turistas, seja pelo déficit de leitos, seja pela falta de saneamento. É comum os moradores alugarem suas casas para os visitantes, enquanto outros buscam hospedagem nos municípios vizinhos. Mendonça (1996) esclarece que:

As localidades turísticas têm dificuldades de solucionar os problemas de saneamento básico, pois a demanda sobre estes serviços é multiplicada, às vezes, por cem, em épocas de temporada e fins de semana prolongados. Nesses períodos, os efluentes domésticos chegam a atingir níveis muito superiores à capacidade de saturação: os despejos de fossas e esgotos acabam contaminando as nascentes. É também difícil organizar a coleta de lixo, e muitas vezes é impossível estabelecer um local apropriado para o seu despejo.

Em 1981, com o intuito de amenizar os problemas de moradia no município, foi entregue a população um Conjunto Habitacional com 70 casas agrupadas em 3 grupos: A, B e C com 1, 2 e 3 quartos respectivamente. Atualmente tudo foi reformado e vendido, a maioria pertence à população de Fortaleza, ficando a maior parte do ano fechada com exceção nos meses de férias e festivais. Alguns moradores venderam suas casas para os visitantes a preços bem abaixo do mercado e vivem atualmente em pontos periféricos do município ou mesmo em favelas na capital.²

Um dos atuais proprietários do conjunto habitacional é assessor de meio ambiente da FIEC- Federação das Indústrias do Estado do Ceará e ex- Superintendente da SEMACE, órgão ambiental que administra a APA de Baturité. Em entrevista ao Jornal O Povo, edição de 3 de dezembro de 2006. p.4, ao responder a pergunta: Como manter a auto-sustentabilidade da APA de Baturité? Falou o seguinte:

Eu sempre achei que essa prática de se construir casas de “veraneio” na serra de Baturité é boa para sua preservação, 1^o porque o proprietário quer manter sua casa dentro da floresta nativa e 2^o porque vai empregar o nativo como caseiro ou morador e este vai deixar de ser um degradador do ambiente, pois vai deixar de desmatar encostas para o plantio de bananeiras, caçar, etc. É evidente que existem algumas obras erradas sendo feitas na serra. Temos visto casas sendo construídas no topo de morros, exigindo assim, que se desmatem grandes áreas de encosta (preservação permanente), para permitir a chegada até o local da casa. Penso que o órgão ambiental deveria ser mais rigoroso nesses casos.

² Em agosto de 2007, o prefeito Ilton Barroso, declarou que existe uma lista com mais de 800 pessoas sem moradia em Guaramiranga.

O turismo surge como uma forma de trazer benefícios como emprego e melhoria na qualidade de vida das populações locais, não passando muitas vezes de um discurso planfetério em favor da rentabilidade dos negócios imobiliários, culturais e da valorização da natureza.

De acordo com Andrade e Vieira (2006. p.13)

As localidades turísticas devem necessariamente, zelar pela conservação de sua paisagem e pela qualidade de vida de seus moradores, transmitindo uma imagem positiva ao turista, motivando-o a conhecer e permanecer por um maior período de tempo nessa localidade, tornando-se depois um agente propagador do centro receptor. Se o turista, quando sai para passear, almeja descansar e conhecer locais e pessoas agradáveis, torna-se fácil compreender porque um local degradado não lhe vai ser muito atraente.

Contrariamente às recomendações sugeridas acima, o modo de vida de algumas comunidades do município de Guaramiranga a realidade é bem diferente daquela que o turista vê na cidade quando participa dos festivais. Por outro lado o poder público (estadual e municipal) constitui agentes fundamentais na produção do espaço turístico do Maciço de Baturité, elegendo a cidade de Guaramiranga como centro de comando da atividade. Para (HARVEY,1980) *apud* (FONSECA, 2004. p. 29),

O poder público exerce um papel de extrema importância na produção do espaço urbano, na medida em que sua ação define a concepção da forma de produção desse espaço e, por efeito da urbanização. Assim sendo, o poder público exerce um duplo papel de agente mediador no processo de gestão do solo urbano, pois, por um lado, exerce a função de gestor de infra-estrutura e de promotor imobiliário e, por outro é mediador dos conflitos que por ventura possa existir entre os diversos agentes.

A mesma autora ainda chama a atenção para o aspecto de o Estado não agir sozinho, existindo uma parceria com outros agentes sociais:

Como promotor imobiliário, o Estado age em parceria com outros agentes sociais como forma de atender o interesse de ambos. Assim, o poder público é o principal responsável e estimulador dos lucros dos produtores imobiliários através da implantação de infra-estrutura, de acessibilidade, melhorias viárias, serviços coletivos, etc., em locais onde os promotores necessitam implantar os seus empreendimentos o que vai gerar uma valorização da área e se refletir no aumento do lucro desses últimos, mostrando claramente a vinculação entre o Estado e esses agentes sociais. Por sua vez, o Estado também sai ganhando, pois passa a auferir lucros através da cobrança de tributos bem como com a circulação de capital que essas ações vão provocar no espaço urbano, agora mais urbanizado. (FONSECA, 2004. p. 29)

A expansão do turismo em Guarimiranga buscou a revalorização da cultura local transformando-a em um bem consumível que pode ser apropriada pelo visitante das temporadas e pelos proprietários das residências de lazer. Essa forma de apropriação da cultura local pelo turismo projeta, individualmente, ou em grupos, representantes da comunidade como um *marketing* de valorização cultural. Entretanto, não se constitui uma política pública de inclusão social, pois, a maior parte dos moradores locais não está engajada nesses projetos fomentados por órgãos públicos ou de desenvolvimento local. Para Almeida (2002):

O turismo concebe o ambiente turístico com uma combinação entre o natural e o cultural, sendo a cultura o elemento que atribui significado e valor ao “outro”, ao objeto. A cultura contém a compreensão e leitura da natureza, e, portanto participa da invenção do objeto turístico. Este, assim como o valor cultural, não é imanente, e aquilo que chamamos bens culturais não tem em si sua própria identidade. São os grupos sociais que lhe atribuem um significado, lhes impõem uma identidade e nos revelam o mesmo com base em suas representações.

Segundo Luchiarri (1997. p.71), a expansão do turismo traz uma enorme contradição em relação aos recursos naturais uma vez que:

A justificativa primeira da expansão do turismo é a preservação do recurso natural para ser usufruído pelo turista, ao passo que os empreendimentos imobiliários que vêm atrás dele vão destruindo os recursos naturais, privatizando-os e criando um ambiente artificial. Esse processo de destruição do meio ambiente destrói também a lógica do funcionamento e da expansão do turismo.

Para Carlos (1996.p.26), o turismo transforma, mistifica e cria um cenário para o espetáculo:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma *multidão amorfa* mediante a criação de uma série de atividades que conduzem à passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurando, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros.

Artesanato: bens de sobrevivência

O artesanato da região de Baturité, principalmente de Guarimiranga, vem se consolidando cada vez mais. Guarimiranga foi a primeira cidade do interior do Estado a instalar uma loja da CEART – Central de Artesanatos do Ceará, inaugurada em 5 de

fevereiro de 2005. A demanda pelo artesanato da região vem dos proprietários de casa de veraneio, dos turistas e a participação dos artesãos nas feiras de artesanato promovidas pela CEART e SEBRAE.

Em Guaramiranga tanto o poder público como alguns habitantes inventam as tradições, transformam seus hábitos culturais em forma de sobrevivência. Foi a partir do traçado de imbé (*Philodendron imbé*), que Guaramiranga entrou no circuito do artesanato cearense. Atualmente várias famílias tiram desse cipó o seu sustento.

Trata-se de uma planta parasita com raízes aéreas que se desenvolve bem em região com temperaturas de 18 e 25 graus. É mais encontrado nas ingazeiras, árvore introduzida com o ciclo do café. Quando colhido, dependendo do destino pode ser raspado. A espessura vai sugerir a finalidade de seu uso. Quando limpo pode ser armazenado e utilizado a qualquer tempo, sem comprometer a qualidade dos produtos.

Alguns artesãos preferem trabalhar no seu formato original sem retirar a casca, colocando apenas verniz para que o produto tenha uma maior durabilidade, são fabricadas cadeiras, poltronas, mesas, luminárias, enfeites para jardins, e tudo é retirado da floresta, apenas o verniz e os pregos são comprados.

“Seu Pedro Balaieiro” mora no distrito de Pernambuquinho, ele é o artesão mais conhecido, ganhou do governo do Estado o título de mestre da cultura para repassar seu conhecimento aos outros artesãos. Recebe visitas de inúmeros turistas, como gosta de frisar: “principalmente estrangeiro”. Participa de eventos culturais promovidos pela Secretaria de Cultura do Município e, também, tem o apoio do SEBRAE e da Secretaria de Cultura do Estado. Atualmente, prefere trabalhar com a CEART que expõe suas peças em pontos de venda nos bairros distintos (Aldeota, Aeroporto e Centro Cultural Dragão do Mar em Fortaleza). Sua presença é frequente nas feiras de artesanato. No início fazia cestos para armazenar chuchus e café, com a chegada do turismo percebeu a necessidade de mudança no formato dos produtos. Suas peças são usadas principalmente para decorar ambientes, a criatividade e imaginação transforma e diversifica o tempo todo. A arte de criar já modelou o cipó em galinhas, coelhos, vários tipos de chapéus, luminárias, cestas de vários tipos e tamanhos, porta pratos, terços, anéis, etc.

Na comunidade do Pé de Ladeira, localizada nas margens da rodovia CE 065, via que dá acesso a Fortaleza, várias casas da mesma família trabalham com artesanato, seja modelando a madeira, fazendo o traçado de cipó, de taboca. Por outro lado, são

afetados com a especulação imobiliária que supervaloriza a terra, tornando-a inacessível as novas famílias que se formam, sendo comum duas ou mais famílias residirem na mesma casa. O que se vê, são casas minúsculas com um número cada vez maior de pessoas, pois os que casam não têm acesso a terra e isso contribui para a degradação da natureza.

É uma das comunidades mais carentes do município, com algumas casas de taipa. Nos meses mais chuvosos, fevereiro a abril, algumas casas não resistem e caem, colocando em risco a vida das pessoas. Numa visita a área em agosto de 2007, foi observado que “Dona Graça”, presidente da Associação de Moradores e também artesã, estava morando na Escola da comunidade, pois sua casa havia caído. A comunidade não dispõe de banheiros, nem água potável e pega água para beber do mesmo local que toma banho e lava roupa. No entanto, existe uma cerca de arame farpado que separa as casas de uma fonte de água mineral que é engarrafada e comercializada para a capital Fortaleza.

Dessa forma, percebe-se que o artesanato local tem destaque como forma de sobrevivência e não como condicionante para a melhoria da qualidade de vida da maioria dos artesãos.

Como a população local “entra em cena”

Evidentemente que a população local não está completamente excluída do processo que dá subsídios a atividade turística, uma vez que se insere enquanto mão-de-obra necessária para o funcionamento da atividade ou ainda utilizando-se da infraestrutura implantada para viabilizar a expansão do turismo local (estradas, iluminação pública, abastecimento d’água, saneamento, etc.)

Utilizando as reflexões de José de Sousa Martins essa população não incorporada aos frutos e rentabilidade do capital investido nessa área, desenraizada de seu modo de vida camponês entra em um processo de exclusão:

O “excluído” é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, de “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades. (MARTINS. 2002. p.46)

Em Guaramiranga a população local sobrevivia anteriormente do trabalho na terra produzindo sua subsistência com pequenos plantios, trabalhando nas fazendas de café ou engenhos, muitas vezes na condição de morador. Com o turismo a área foi valorizada, os Sítios se transformaram em área de lazer, dispensando os antigos moradores. Dessa forma Martins enfatiza:

A concepção de exclusão é útil, portanto, para expor à consciência social as contradições de suas boas intenções e expor necessidade histórica e política de reconhecer os involuntários limites sociais e as condições sociais do justo afã de mudar. (MARTINS, 2002. p. 47)

O presente trabalho aborda questões trazidas por inúmeras pesquisas em outras regiões, onde a criação da unidade de conservação valoriza a terra e a população local fica excluída, valorizando a ação dos turistas como citado por Lúcia da Costa Ferreira *et all* em Ilha Comprida São Paulo:

Ilha Comprida atrai principalmente dois tipos de turistas: os que utilizam apenas a praia e os que constroem no município a segunda moradia, ou seja, a casa de praia. O turista que passa apenas algumas horas na praia mostra-se extremamente predador em relação a natureza da ilha. O turista que constroe a segunda moradia no município também demonstra desconhecimento quanto ao fato de estar numa APA e segundo alguns depoimentos também tem ação predadora, pois tiram areia das dunas para aterrar seus lotes, uma vez instalados viram ambientalistas. (2004. p. 165)

Através de visitas a área, percebe-se que a participação da população rural nas atividades ligadas ao turismo ainda é pequena, a presença ocorre apenas na prestação de serviços informais como caseiros/diaristas das casas de turistas/veranistas, garçons, trabalhadores da construção civil e algumas comunidades próximas a Sede Municipal ou localizadas nas vias de acesso às áreas visitadas pelos turistas, onde desenvolve o artesanato.

Atualmente, os moradores que ainda vivem da agricultura cultivam poucos produtos e em condições precárias, enfrentando a ausência de políticas públicas voltadas para os seus interesses, seja pela falta da terra para plantar “seu roçado,” por estarem dentro de uma Área de Proteção Ambiental, seja pela especulação imobiliária, com a valorização das terras promovida pela especulação turística. Sem muitas alternativas, os moradores acabam vendendo suas terras para o seu novo dono e morando de favor, ou trabalhando em atividades econômicas ligadas ao novo proprietário.

Também foi constatado que a população rural muitas vezes prefere fazer compras nos municípios vizinhos devido à elevação dos preços dos bens, principalmente, dos gêneros alimentícios que afetam diretamente o custo de vida da população local. Com o turismo, os aumentos tornam-se permanentes em função do fluxo contínuo de pessoas com maior poder aquisitivo.

Percebe-se nitidamente no município a diferenciação de outras cidades do interior do Ceará, inclusive as cidades vizinhas que além de realizarem feiras-livres semanalmente, onde são vendidos produtos agrícolas e outras especiarias. Também tem mercado municipal com a presença de um comércio popular, atendendo as necessidades da população rural, seja através da compra ou venda dos seus produtos.

Em Guaramiranga o comércio no início do século XX já atendia a classe com maior poder aquisitivo (Figura 1); atualmente isso continua e o comércio está voltado mais para o turismo com a venda de artesanato, implementação de espaços culturais para a população visitante como a instalação de teatros, presença de lojas com produtos de *griffe* e restaurantes especializados em culinárias para atender diferentes gostos com pratos típicos de locais de clima frio como os famosos *foundues*, chocolates quentes e vinhos.

Considerações Finais

Fica evidente que uma parcela da população rural sem muitas alternativas utiliza os recursos naturais para sua sobrevivência, através da plantação de hortaliças ou da confecção de artesanato, retirando da natureza a matéria-prima.

Os que compraram a terra para lazer, passam a usufruir da área preservada que contribui para a agregação de valor a sua propriedade. Ao revalorizarem a natureza para o lazer, para o turismo ou para implantarem as suas segundas residências, as elites sociais têm tomado para si o papel de *guardiãs* da área protegida. Uma vez que os lugares mais preservados ou aqueles com vista privilegiada como na “linha da serra” (área onde se localiza o “pico alto”) são os pontos mais valorizados e disputados pelo comércio de imóveis.

Dessa forma a população local fica impedida do acesso a terra, sendo inserida nesse processo apenas como mão-de-obra necessária para o funcionamento da atividade, ou ainda, utilizando-se da infra-estrutura implantada para viabilizar a expansão do turismo local (estradas, iluminação pública, abastecimento d’água, saneamento, etc.).

Assim, o turismo, enquanto gerador de emprego e incentivador dos novos produtos confeccionados pelo artesanato local, tem destaque como forma de sobrevivência para a população e não como condicionante para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população.

Nas palavras de Coriolano (2006. p. 142) “o turismo é uma invenção cultural direcionada àqueles que buscam o inédito, o desconhecido, o exótico e, sobretudo, o contato com a natureza e manifestações culturais”. No entanto, é necessário buscar um equilíbrio entre as necessidades locais e as externas para que, num futuro bem próximo, não aumente o processo de segregação regional, uma vez que, a população sem terra para morar e sem acesso aos recursos necessários a sua sobrevivência, tende a migrar para a periferia de Guaramiranga ou de Fortaleza.

ANEXO

Figura 1. Comércio de Guaramiranga no início do século XX



Arquivo: Frederico de Holanda Bastos, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.) *Tantos Cerrados*:

múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 321-347. .

ANDRADE, A.C. de & VIEIRA, M. L. Crescimento populacional e modificações na paisagem e na qualidade de vida dos moradores de um centro receptor de turistas. In: *Geografia: ações e reflexões.* GERARDI, L. H. O & CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. (Orgs.) Rio Claro:Unesp/IGCE: AGETEO, 2006.

BASTOS, Frederico de Holanda. *Guaramiranga: propostas de zoneamento e manejo ambiental.* Dissertação de Mestrado. Fortaleza. CE, 2005

CARLOS, Ana Fani Assandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura.* Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide; Marinho Humberto. *Estratégias para o desenvolvimento do turismo.* In: ELIAS, Denise (Orgs.). *O novo espaço da produção globalizada.* Fortaleza: FUNECE, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide. O turismo na construção das identidades contemporâneas: cearensidade. p. 137-150. In: *Panorama da Geografia Brasileira 1.* Orgs. SILVA, J. B da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. São Paulo: Annablume, 2006.

DURAN, T. A. Área de Proteção Ambiental: o maciço de Baturité. In: LOPES, I. V.; GUILHERME, S. B. (Orgs.) *Gestão Ambiental no Brasil.* Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2 ed. Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA, Lúcia da Costa; LOPES, Celso Costa; AVANZI, Maria Rita. Uso e Ocupação do Solo em APA: o Caso da Ilha Comprida. In: DIEGUES, A. C.; VIANA, Virgílio M. (Orgs.) *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica.* 2ª Edição. Ed. Hucitec. NUPAUB/CEC – São Paulo, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. COSTA, Ademir Araújo da. *A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante.* In: Mercator Revista de Geografia da UFC. Ano 3 Número 06 – 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico - 2000*

Jornal o POVO. *Como manter a auto-sustentabilidade da APA de Baturité?* Fortaleza. 3 de dezembro de 2006.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? In: *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.* Célia M. Toledo Serrano e Heloisa T. Bruhns (orgs.) Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção turismo)

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou Meio Ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.) *Turismo: Impactos socioambientais*. Huncitec, São Paulo, 1996.

RODRIGUES, Arlete Moisés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: Yázigi, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de C. Ariza (Orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-62.

SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, Amélia Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SIEBRA, Odette Carvalho de Lima. *O espaço do fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.